



CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

Nº 03/2026

PROCESSO Nº 143/2026

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS

OBJETO

Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução dos serviços remanescentes, adequações técnicas, correções construtivas, fornecimento, montagem, interligações, testes, comissionamento e entrega em operação plena de 01 (uma) Estação de Tratamento de Água (ETA) modular metálica, com capacidade nominal de 120 L/s, localizada na Rua Capitão Paulo Simões, nº 483, Município de Iracemápolis/SP.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 990.013,40 (Novecentos e noventa mil, treze reais e quarenta centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **10/06/2025** às **09h00min**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR VALOR GLOBAL

MODO DE DISPUTA

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim



EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

PROCESSO Nº: 143/2026

INTERESSADO: SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E SANEAMENTO

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução dos serviços remanescentes, adequações técnicas, correções construtivas, fornecimento, montagem, interligações, testes, comissionamento e entrega em operação plena de 01 (uma) Estação de Tratamento de Água (ETA) modular metálica, com capacidade nominal de 120 L/s, localizada na Rua Capitão Paulo Simões, nº 483, Município de Iracemápolis/SP.

TIPO: MENOR VALOR GLOBAL

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Iracemápolis – SP, situada a Rua Antonio Joaquim Fagundes, 237 – Centro – Iracemápolis – SP – CEP 13495- 047 por intermédio da Senhora NelitaCristina Michel Franceschini, RG nº 23.191.971-2 e CPF nº 139.342.698-00 e a Agente de Contratação, designada pela PORTARIA 37/2026, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo 143/2026, tornam público, que realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, por empreitada por preço global, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 4215/2024, 4216/2024 e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, a se realizar:

Data: 10/06/2025

Hora: 09:00

Local: <https://novobmnet.com.br/>

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução dos serviços remanescentes, adequações técnicas, correções construtivas, fornecimento, montagem, interligações, testes, comissionamento e entrega em operação plena de 01 (uma) Estação de Tratamento de Água (ETA) modular metálica, com capacidade nominal de 120 L/s, localizada na Rua Capitão Paulo Simões, nº 483, Município de Iracemápolis/SP**, conforme especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I e as demais partes integrantes deste Edital, independentemente de transcrição.

1.2. O prazo para execução do presente objeto é de 6 meses ininterruptos, contados a partir da data da assinatura da Ordem de Serviço.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto desta Concorrência descritas no PNCP e aquelas constantes neste Edital, prevalecerão estas últimas.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da execução dos serviços e obras objeto do contrato oriundo desta licitação onerarão a dotação orçamentária:

215 – 06.05.17.122.8002.2.089.4.4.90.51.07.0000000

Constantes do orçamento-programa para o exercício econômico e financeiro de 2026.



O valor global máximo estimado desta despesa importa em **R\$ 990.013,40 (Novecentos e noventa mil, treze reais e quarenta centavos)**.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA

3.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema Eletrônico de Compras adotado pelo Município

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto ao Município, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

3.6.1. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

3.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria,



conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 0 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 0 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1. O certame será conduzido pelo Agente de Contratação, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

4.1.1. Coordenar os trabalhos da equipe de apoio;

4.1.2. Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

4.1.3. Abrir as propostas de preços;

4.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;

4.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;

4.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;

4.1.7. Verificar a habilitação do proponente;

4.1.8. Declarar o vencedor;

4.1.9. Receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;

4.1.10. Elaborar a ata da sessão;

4.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar, homologar e autorizar a contratação.

5. O CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO PORTAL BBMNET

5.1. Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico <https://novobbmnet.com.br/>, acesso “credenciamento – licitantes (fornecedores)”.

5.2. As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico <https://novobbmnet.com.br/>.

5.2.1. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site <https://novobbmnet.com.br/>.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



Prefeitura Municipal de Iracemápolis

Coordenadoria de Compras Públicas



6.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4 O fornecedor enquadrado como microempresa, MEI, empresa de pequeno porte ou cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.5 A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3 ou 6.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

6.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.9.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.9.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.10 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.10.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.11 O valor final mínimo parametrizado na forma dos itens 6.9 e 6.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.12 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



6.13 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedidos pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.9 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.10 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.11 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.12 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.13 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.14 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



7.15 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.16. Será permitida a participação de consórcio nesta licitação.

7.16.1. O Consórcio deverá apresentar comprovação do compromisso de sua constituição, público ou particular, subscrito pelas empresas consorciadas, do qual deverão constar, obrigatoriamente os seguintes itens:

a) Indicação da porcentagem de participação de cada uma das consorciadas;

b) Obrigação das empresas consorciadas manterem a composição inicial do consórcio;

c) Indicação da empresa líder do consórcio cujo objeto social deve ser compatível com o objeto licitado, conforme disposto no art. 15, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021;

d) Outorga de amplos poderes à empresa líder do consórcio para representar as consorciadas, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em todos os atos relativos à licitação, podendo assumir obrigações em nome do consórcio;

e) Declaração de responsabilidade solidária das consorciadas pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

7.16.2. A licitante vencedora fica obrigada a promover o registro do consórcio antes da assinatura do contrato, nos termos do compromisso apresentado na fase de habilitação, bem como o arquivamento do instrumento de sua constituição.

7.16.3. A vigência do consórcio deverá coincidir com a do contrato.

7.16.4. A empresa que se consorciar não poderá participar desta licitação por intermédio de outro Consórcio e nem isoladamente (art. 15, IV da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.16.5. Para efeito de habilitação técnica, nos termos previstos neste Edital, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado, devendo cada consorciado demonstrar o atendimento à capacidade técnica em ao menos um dos itens exigidos no item de habilitação técnica. Para efeito de habilitação econômico-financeira, nos termos previstos neste Edital, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

7.16.6. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira

7.16.7. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Qualificação Econômico-Financeira

7.17 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

7.18 Balanço patrimonial com declaração de resultados da empresa, abertura e fechamento em conformidade com a legislação, dos **02 (dois) últimos exercícios sociais (2024 e 2025)**.

7.18.1 O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

7.18.2. Somente empresas, que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal, poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balancetes mensais, conforme o disposto na Lei Federal nº 8.541, de 1992;

7.18.3. As empresas que optarem pela escrituração do balanço patrimonial através do sistema de Escrituração Fiscal Digital (SPED FISCAL) deverão apresentar, além dos **recibos de entrega**, o **balanço patrimonial** e a **demonstração de resultados do exercício** emitidos eletronicamente através do próprio sistema.

7.18.4. A licitante não obrigada a publicar o balanço deverá:



7.18.4.1. Apresentar cópia legível das páginas do LIVRO GERAL, no qual tenham sido transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultados do exercício;

7.18.4.2. Apresentar a documentação assinada pelos sócios e pelo contador responsável, com os respectivos termos de abertura e de encerramento do livro registrados na Junta Comercial, ou outro órgão de registro equivalente na forma da Lei.

7.19. A licitante obrigada a publicar o balanço deverá:

7.19.1. Apresentar a respectiva publicação e a certidão de arquivamento na Junta Comercial ou outro órgão equivalente na forma da Lei.

Qualificação Técnica

7.20 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme o caso, da região da sua sede, em plena validade.

7.21 Capacidade técnico-profissional de Engenheiro Civil, comprovada por meio da apresentação de Certidões de Acervo Técnico – CAT emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme o caso, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, comprovando aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação.

7.22 Os profissionais que constarem nos atestados para fins de comprovação técnica-profissional ficarão vinculados à futura execução do objeto, sendo admitida a substituição posterior por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

7.23 Capacidade técnico-operacional, comprovada por meio de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, que comprovem a prévia execução de obras de características e complexidade compatíveis com o objeto da licitação.

7.24 Prova do quadro permanente, profissional de nível superior, será feita, em se tratando de sócio da empresa, por intermédio da apresentação de contrato social e no caso de empregado, mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, ou contrato com profissional autônomo, e que se responsabiliza pela execução dos serviços em conformidade com a Súmula 25, do TCESP.

7.25 O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

7.26 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

7.27 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1 Valor unitário e total global;

8.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.2.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação.

8.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



8.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.7 Na presente licitação, a Microempresa, o MEI e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

8.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.8.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.8.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

8.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos Contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa Contratada ao pagamento dos prejuízos ao Erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

9.3 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.4 O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento.

9.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.6 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

9.7 No envio de lances, no modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.7.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.7.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.7.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



Prefeitura Municipal de Iracemópolis

Coordenadoria de Compras Públicas



9.7.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de, pelo menos, 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.7.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.8 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.9 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar no sistema eletrônico.

9.10 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.11 No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.12 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.13 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.14 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, MEIs e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, MEIs e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.14.1 Nessas condições, as propostas de microempresas, MEIs e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.14.2 O melhor classificado nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico contados após a comunicação automática para tanto.

9.14.3 Caso a microempresa, o MEI ou a empresa de pequeno porte melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes microempresa, MEI e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.14.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, MEIs e empresas de pequeno porte que se encontrem classificados nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.15 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

9.15.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.15.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na referida Lei;

9.15.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto Federal nº 11.430, de 2023, § 1º, incisos I a VI, com a eventual apresentação do chamado Selo Empresa Amiga da Mulher, conforme Lei Federal 14.682, de 2023;

9.15.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



9.16 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.16.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.16.1.1 empresas brasileiras;

9.16.1.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.16.1.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.17 As regras previstas acima não prejudicarão a aplicação do disposto no artigo 44 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.18 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.18.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.18.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.18.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.18.4 O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, como por exemplo: fichas, catálogos, laudos, certificações, caso solicitados em Edital.

9.18.5 É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.19 Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 DA FASE DE JULGAMENTO

10.1 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 mantido Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, pela Controladoria-Geral (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

10.1.2 da União Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

10.2 União A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

10.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.



10.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/MEI/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 6.4 deste Edital.

10.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

10.6.1 7.6.2 contiver vícios insanáveis;

não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência,;

10.6.3 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.7 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade considerará o seguinte:

10.7.1 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

10.8 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.9 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

10.10 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

10.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

10.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

10.11 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

11 DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1 Os documentos previstos no item 04, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



11.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

11.5 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas na forma da Lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

11.6 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

11.7 Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é opcional para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser Contratado, o licitante poderá optar por realizar vistoria prévia por meio de agendamento realizado pela Secretaria responsável, conforme condições estabelecidas no Anexo I- Termo de Referência,, a qual emitirá Atestado ao licitante, de que este detém pleno conhecimento do local e das condições de realização dos serviços, o qual deverá ser apresentado junto aos documentos de habilitação.

11.7.1 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir o Atestado mencionado no item 11.7 por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno do local e das condições de realização dos serviços e peculiaridades da contratação, a qual deverá ser apresentada junto aos documentos de habilitação.

11.8 A habilitação será verificada por meio do sistema eletrônico de compras, nos documentos por ele abrangidos.

11.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a Lei expressamente o exigir.

11.9 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema eletrônico de compras e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

11.9.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

11.10 A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

11.10.1 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

11.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, conforme disposto na Lei 14.133/21, art. 64, nos seguintes casos:

11.11.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessário para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.11.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.12 Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de contratação e a equipe de apoio poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.13 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.



11.14 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior.

12 DOS RECURSOS

12.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

12.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.novobmnet.com.br.

13 DO PARECER TÉCNICO

13.1 Para efeitos de formalização desta Concorrência, o Agente de Contratação, se julgar necessário, encaminhará o processo ao Departamento de Planejamento e Urbanismo ou setor competente ao objeto, a fim de que seja emitido Parecer Técnico referente à proposta vencedora do item.

13.2. Ocorrendo a desclassificação do bem da empresa vencedora, os autos serão devolvidos ao Agente de Contratação, para que este realize nova negociação com as demais empresas, obedecendo a ordem de classificação.

13.3 Somente após tal procedimento, o Agente de Contratação enviará o processo licitatório para autoridade máxima proceder com a adjudicação e homologação às empresas vencedoras.

14 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es), pela autoridade superior, que em seguida homologará o processo licitatório.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15 DO CONTRATO



15.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

15.3 O contrato poderá ser assinado por meio de assinatura digital.

15.4 Na hipótese de o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

16 DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1 A empresa licitante vencedora deverá por ocasião da assinatura do contrato, prestar garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, em uma das modalidades previstas nos incisos I, II, III e IV do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, apresentando no ato da assinatura o documento comprobatório da garantia prestada.

16.2 A garantia prestada para fins da assinatura do contrato, somente será liberada após o término do prazo de vigência contratual, e, desde que cumprido integralmente o seu objeto, pela Contratada.

16.3 Em caso de acréscimo de serviços fica a Contratada obrigada a complementar a garantia na mesma percentagem devendo proceder ao recolhimento até a data da assinatura do competente termo aditivo.

17. OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

São obrigações deste órgão licitante, além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/2021:

17.1. Proporcionar todas as facilidades para que a Licitante possa cumprir integralmente a proposta apresentada, observando-se as normas do respectivo contrato ou similar;

17.2. Prestar aos funcionários da Licitante Vencedora todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados sobre o objeto deste certame;

17.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato ou similar;

17.4. Atestar notas fiscais/faturas e efetuar os pagamentos à fornecedora;

17.5. Aplicar as sanções administrativas contratuais.

São obrigações da Licitante Vencedora, além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/2021:

17.6.. Emitir nota fiscal correspondente à venda do objeto;

17.7. Proceder à entrega do objeto no local indicado pelo órgão licitante, em dia e horário previamente agendado, dentro das condições e preços ajustados em sua proposta e nos prazos previstos nesta licitação;

17.8. Encaminhar a Nota Fiscal de Vendas ao SETOR responsável para o atesto e posterior encaminhamento a Contabilidade/Tesouraria a fim de efetivação do pagamento devido;

17.9. Prestar esclarecimentos que forem solicitados por esta Administração Pública Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

17.10. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas, os seus empregados no desempenho dos serviços de entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências deste órgão licitante;



17.11. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência desta Prefeitura Municipal de Iracemápolis/SP.

17.12 Após a assinatura da Ordem de Serviço, deverá a CONTRATADA apresentar o comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Obras – CNO, em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 2.060, de 2021;

17.13 Para finalização e entrega final da obra, deverá a CONTRATADA apresentar o documento denominado CND – Certidão Negativa de Débitos, em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 2.021, de 2021;

18 PENALIDADES

18.1. Depois de celebrado o contrato, a contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações descritas nesta Clausula

18.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14,133, de 2021, o contratado que:

18.2.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

18.2.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

18.2.3. der causa à inexecução total do contrato;

18.2.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

18.2.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

18.2.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.2.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

18.2.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

18.2.9. entregar objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

18.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 156.

18.3.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa compensatória.

SANÇÃO DE MULTA

18.4. Será aplicada MULTA MORATÓRIA nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na seguinte forma:

18.4.1. de 10 A 20 % (dez a vinte por cento) por dia de atraso injustificado, até o limite de 29 (vinte e nove) dias;

18.4.1.1. O atraso superior a (30) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

18.5. A MULTA COMPENSATÓRIA será aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou nos casos decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, objetivando-se a compensação das eventuais perdas nas quais a Administração tenha incorrido.

Infração (Subitens)	Percentual da multa
18.2.1.	10% (dez por cento) sobre o valor contratado
18.2.2.	
18.2.3.	
18.2.4.	



18.2.5.	De 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado
18.2.6.	
18.2.7.	
18.2.8.	
18.2.9.	

18.6. As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

18.7. A multa moratória poderá ser convertida em multa compensatória, observado o disposto no art. 162 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.8. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente, no prazo de até 30 dias contados de sua publicação no Diário Oficial, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da licitante.

18.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

SANÇÃO DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

18.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável, em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.2.2, 18.2.3 e 18.2.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta com o Município da Iracemápolis, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, obedecida a seguinte gradação:

Infração (Subitens)	Pena
18.2.2.	Impedimento pelo período de até dois anos
18.2.3.	Impedimento pelo período de até três anos
18.2.4.	Impedimento pelo período de até um ano

SANÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR

18.11. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 18.2.5, 18.2.6, 18.2.7 e 18.2.8, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, obedecida a seguinte gradação:

Infração (Subitens)	Pena
18.2.5.	Declaração de inidoneidade de até cinco anos
18.2.6.	Declaração de inidoneidade de até seis anos
18.2.7.	
18.2.8.	

18.12. Será aplicada a sanção de que trata o subitem 18.11 deste Edital nas infrações administrativas previstas nos itens 18.2.2, 18.2.3 e 18.2.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

18.13. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

19.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



19.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, protocolizados junto ao e-mail compras02@iracemapolis.sp.gov.br ou diretamente na plataforma BBMNET www.novobbmnet.com.br

19.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

19.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20 PAGAMENTO

20.1 Os pagamentos serão efetuados mediante medição e a apresentação dos originais da nota fiscal/fatura (as medições devem ser entregues à Diretoria de Planejamento e Urbanismo).

20.1.1 O pagamento da Primeira medição se vincula e só será liberado após à inserção da medição aprovada pelo Engenheiro Fiscal da Obra, para aceite e liberação de pagamento, e após o protocolo da nota fiscal, junto com a apresentação do documento elencado no subitem **17.12**.

20.1.2 O pagamento da Última medição se vincula e só será liberado após à inserção da medição aprovada pelo Engenheiro Fiscal da Obra, para aceite e liberação de pagamento, e após o protocolo da nota fiscal, junto com a apresentação do documento de **Certidão Negativa de Débitos – CND** emitida, após Aferição Total da Obra em conformidade com a Instrução Normativa nº 2021 de 2021 de Serviço Eletrônico de Aferição de Obras - SERO;

20.2 Os pagamentos serão realizados mediante depósito em conta corrente bancária em nome da CONTRATADA, de acordo com as seguintes condições:

20.3. Em até 30 (trinta) dias, contados da data de entrega da nota fiscal/fatura, ou de sua reapresentação em caso de incorreções.

21 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

21.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

21.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

21.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

21.4 O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

21.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme previsto no art. 117, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

21.6 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

21.7 O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

21.8 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal acionará a Contratada para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.



21.9 O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

21.10 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

21.11 O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

21.12 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

21.13 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

21.14 O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

21.15 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

21.16 A gestão do contrato será realizado pelo Sr Alessandro Correa Alves, Secretário de Obras, Serviços Públicos e Saneamento e a fiscalização fica a cargo de Eduardo Factor Sleman, Engenheiro Civil.

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

22.2. Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pelos agentes designados para a execução.

22.3. Quando das sessões conduzidas na forma eletrônica, o sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais até a etapa de habilitação.

22.4. O resultado desta licitação e os demais atos pertinentes, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Município de Iracemápolis <https://www.iracemapolis.sp.gov.br/>.

22.5. A participação de único licitante, por si só, não impede a continuidade do certame ou impõe obrigatoriamente a revogação do procedimento licitatório, desde que, no momento oportuno e cumulativamente:

22.5.1. Após negociação obrigatória o preço que se revele vantajoso à Administração seja a corrente no mercado, necessário e razoavelmente inferior ao estimado na fase interna do procedimento licitatório, e, compatível com o mercado;

22.5.2. No caso de o único participante ter apresentado orçamento para compor o valor estimativo, na fase interna, sem prejuízo da observância do imposto no subitem 22.5.1., o preço da licitação não poderá ser superior àquele orçado pelo licitante vencedor para composição do valor estimado de referência à futura contratação, salvo se defasado;

22.5.3. Seja justificada a impossibilidade de repetição;



Prefeitura Municipal de Iracemápolis

Coordenadoria de Compras Públicas



22.5.4. O edital não contenha cláusula(s) restritiva(s) à competitividade, salvo quando tecnicamente justificável, nos termos do Art. 40, Art. 41 e Art. 42 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

22.6. Os casos omissos da presente licitação serão solucionados pelo agente designado para condução do certame.

22.7. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da cidade de Limeira/SP.

22.8. Os documentos eletrônicos produzidos e/ou assinados com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da legislação vigente, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

22.9. As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta licitação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

22.10. Para recebimento de documentos pertinentes a esta licitação, poderão ser realizadas autenticações na Coordenadoria de Compras Públicas, desde que a cópia esteja acompanhada do documento original e o faça antes do início da Sessão Pública ao qual ele se destina, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente das 9h às 16h – Prefeitura Municipal de Iracemápolis.

22.11. Quando for o caso, para a prestação de quaisquer das garantias dispostas nesse edital, não serão aceitas cartas de fiança fidejussória, de natureza não bancária, como garantia de contrato administrativo.

22.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.iracemapolis.sp.gov.br.

22.13. Faz parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Proposta de Preços

Anexo III - Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação e Adimplemento;

Anexo IV - Modelo de Declaração de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

Anexo V - Declaração De Inexistência De Empregado Menor;

ANEXO VI - Modelo de Declaração de Não Condenação Por Ato de Improbidade Administrativa;

ANEXO VII- Modelo de Declaração de Cumprimento as Exigências de Reserva de Cargos para Pessoa com Deficiência e para Reabilitado da Previdência Social;

ANEXO VIII – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta e Atuação conforme ao Marco Legal Anticorrupção;

ANEXO IX - Modelo de Declaração Unificada;

ANEXO X – Minuta de Contrato;

Anexo XI – Termo de Ciência e Notificação;

Anexo XII – Declaração de documentos à disposição do TCE SP;

Anexo XIII – Declaração de Atendimento à LGPD;

Anexo XIV – Planilha Orçamentária;

Iracemápolis, 29 de abril de 2026.

NELITA CRISTINA MICHEL FRANCESCHINI

PREFEITA MUNICIPAL

Rua Antônio Joaquim Fagundes, 237 – Centro – Iracemápolis SP CEP 13.495-047

Fone (19) 3456-9226/ 3456-9248

licitacoes@iracemapolis.sp.gov.br / compras02@iracemapolis.sp.gov.br



ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução dos serviços remanescentes, adequações técnicas, correções construtivas, fornecimento, montagem, interligações, testes, comissionamento e entrega em operação plena de 01 (uma) Estação de Tratamento de Água (ETA) modular metálica, com capacidade nominal de 120 L/s, localizada na Rua Capitão Paulo Simões, nº 483, Município de Iracemápolis/SP.



Imagem 01: Localização da ETA Compacta

A contratação abrange a conclusão integral do sistema, a partir do estado atual da obra, conforme apresentado no relatório da Perícia Técnica, incluindo a responsabilização técnica pela funcionalidade global da ETA, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA TÉCNICA

O Município de Iracemápolis possui sistema de abastecimento de água atualmente operando em condição de sobrecarga, com capacidade insuficiente para atendimento da demanda populacional e expansão urbana.

Com o objetivo de ampliação da capacidade de tratamento, foi iniciada a implantação de uma nova Estação de Tratamento de Água modular metálica, com capacidade de 120 L/s, no âmbito da Concorrência Pública nº 01/2023.



Conforme apurado em Laudo Técnico Pericial, a obra encontra-se paralisada desde janeiro de 2025; já foram pagos aproximadamente 87,50% do contrato (R\$ 4.987.500,00); o avanço físico real é de cerca de 81%; houve serviços pagos e não executados, além de falhas construtivas; ausência de itens obrigatórios e deterioração de estruturas.

Houve execução parcial dos serviços, com diversas inconsistências técnicas e construtivas;

Verificou-se a existência de serviços pagos e não executados ou executados de forma inadequada;

Foram identificadas falhas relevantes de projeto, execução, durabilidade e segurança operacional;

A ETA COMPACTA encontra-se inoperante, sem condições de funcionamento.

A não conclusão da obra vem causando prejuízo ao erário estimado hoje em R\$ 403.295,31 além de limitação no abastecimento público e impedimento de novos empreendimentos no município.

Dentre as principais não conformidades identificadas, destacam-se:

Ausência de interligações elétricas completas e sistemas de automação;

Dique de contenção de produtos químicos executado sem compartimentação adequada;

Equipamentos instalados parcialmente ou não instalados;

Falhas no sistema de pintura e proteção anticorrosiva;

Inconsistências nos projetos executivos e ausência de validações técnicas;

Necessidade de verificação das condições hidráulicas e operacionais do sistema.

Portanto, torna-se necessária uma nova contratação para retomada e conclusão integral dessa ETA, garantindo a segurança, eficiência e conformidade normativa.

O Laudo Técnico teve seu escopo voltado à:

- Avaliação técnica do que foi executado;
- Correção de falhas e inadequações;
- Execução dos serviços remanescentes;
- Integração completa do sistema;
- Testes, comissionamento e entrega em pleno funcionamento.

A presente contratação visa, portanto, garantir a funcionalidade integral da ETA, assegurando a produção de água tratada em conformidade com a Portaria GM/MS nº 888/2021, bem como a segurança operacional, durabilidade e eficiência do sistema.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021, bem como pelas normas técnicas aplicáveis, especialmente:

ABNT NBR 12216 – Projeto de Estações de Tratamento de Água;

ABNT NBR 13752 – Perícias de Engenharia na Construção Civil;

ABNT NBR 17505 – Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis (aplicável ao dique de contenção);

Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NR-12, NR-18, NR-33 e NR-35);



NBR 9050 (acessibilidade)

Portaria GM/MS nº 888/2021 – Padrão de potabilidade da água;

Resolução CONAMA nº 357 – Classificação dos corpos d'água.

4. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Constitui objeto da presente contratação a execução de obra de engenharia para:

- Conclusão da implantação da ETA modular metálica;
- Correção das não conformidades identificadas em laudo técnico anexo;
- Execução de serviços civis, mecânicos, hidráulicos, elétricos e de automação remanescentes;
- Fornecimento e instalação de equipamentos e materiais faltantes;
- Interligação completa com os sistemas existentes;
- Realização de testes operacionais;
- Comissionamento e partida assistida;
- Treinamento de operadores;
- Entrega da estação em pleno funcionamento.

5. PREMISSAS GERAIS DA CONTRATAÇÃO

A execução dos serviços deverá observar as seguintes premissas fundamentais:

A obra será tratada como sistema integrado, não sendo admitida a execução isolada de partes sem garantia de funcionamento global.

A contratada deverá realizar levantamento técnico completo do estado atual da obra, incluindo verificação de:

- Condições estruturais;
- Conformidade com projetos;
- Integridade de equipamentos;
- Condições de instalação;
- Compatibilidade hidráulica e elétrica.

Todos os serviços executados anteriormente deverão ser avaliados; validados tecnicamente; corrigidos ou substituídos, quando necessário.

A responsabilidade da contratada abrange: a funcionalidade final do sistema; a compatibilidade entre os subsistemas; o atendimento integral às normas técnicas; a durabilidade e segurança operacional da ETA.

A entrega do objeto somente será considerada concluída após: funcionamento contínuo da ETA; atendimento aos parâmetros de potabilidade; aprovação em testes operacionais e de desempenho.

6. DIRETRIZES TÉCNICAS DA EXECUÇÃO

A execução da obra deverá seguir rigorosamente as seguintes diretrizes:

A ETA deverá operar com vazão nominal de 120 L/s, podendo operar em regime variável conforme condições de operação.



O sistema deverá contemplar todas as unidades operacionais:

- Coagulação;
- Floculação;
- Decantação;
- Filtração;
- Tanque de contato;
- Sistema de dosagem química;
- Sistema de retrolavagem;
- Interligações hidráulicas;
- Sistema elétrico e de automação.

A concepção e execução deverão assegurar:

- Funcionamento por gravidade sempre que previsto em projeto;
- Estabilidade hidráulica entre unidades;
- Facilidade de operação e manutenção;
- Segurança dos operadores;
- Durabilidade dos materiais.

Todos os materiais empregados deverão possuir:

Certificação de qualidade;

Resistência à corrosão;

Compatibilidade com uso em água potável.

Os certificados deverão ser entregues ao departamento responsável.

7. RESPONSABILIDADE PELA INTEGRAÇÃO DO SISTEMA

A contratada será integralmente responsável por:

- Compatibilizar os projetos existentes com a realidade executada;
- Identificar inconsistências técnicas;
- Propor soluções de adequação;
- Executar ajustes necessários à plena operação.

Eventuais falhas identificadas nos serviços anteriormente executados não eximem a contratada da obrigação de entregar o sistema em pleno funcionamento.

A contratada será responsável pela integração total do sistema, independentemente do estágio atual de execução, finalizando a obra de acordo com os apontamentos existentes apresentados no Laudo Pericial; Planilha e Cronograma anexos, sem possibilidade de aditamento de valores.

8. CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO FINAL

Ao término dos serviços, a ETA deverá:

Operar de forma contínua e estável;



Produzir água em conformidade com a Portaria GM/MS nº 888/2021;
Possuir todos os sistemas automatizados e integrados;
Permitir operação segura por equipe técnica local;
Estar devidamente documentada (manuais, projetos “as built”, ARTs).

9. ESCOPO GERAL DOS SERVIÇOS

A contratação compreende a execução integral dos serviços necessários à finalização da Estação de Tratamento de Água, contemplando:

1. Mobilização e implantação de canteiro;
2. Levantamento técnico detalhado do estado atual da obra;
3. Avaliação e validação dos serviços já executados;
4. Correção de não conformidades técnicas e construtivas;
5. Execução dos serviços remanescentes;
6. Fornecimento e instalação de equipamentos faltantes;
7. Execução de interligações hidráulicas e elétricas;
8. Implantação e/ou adequação do sistema de automação;
9. Testes operacionais, comissionamento e partida assistida;
10. Entrega final da ETA em pleno funcionamento.

Todos os serviços deverão ser executados de forma integrada, garantindo a funcionalidade global do sistema.

10. MOBILIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CANTEIRO

10.1 Metodologia Executiva

A contratada deverá mobilizar equipe técnica, equipamentos e infraestrutura necessários à execução da obra, incluindo:

Instalação de canteiro de obras com áreas para:

Administração técnica;

Almoxarifado;

Armazenamento de materiais e equipamentos;

Área de apoio aos trabalhadores;

Implantação de sistema provisório de energia elétrica;

Implantação de sistema provisório de abastecimento de água;

Instalação de sanitários e vestiários conforme NR-18;

Implantação de sistema de controle de acesso e segurança.

10.2 Materiais e Equipamentos

Contêineres ou edificações provisórias;

Equipamentos de proteção coletiva;

Sistema de iluminação provisória;

Equipamentos de apoio logístico.



10.3 Normas Aplicáveis

NR-18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Construção;

NR-10 – Segurança em instalações elétricas;

ABNT NBR 12284 – Áreas de vivência.

10.4 Critérios de Aceitação

Canteiro implantado conforme normas de segurança;

Condições adequadas de armazenamento e operação;

Organização e limpeza do ambiente de obra.

O canteiro de obras ficará a critério da CONTRATADA.

11. INTERVENÇÕES EM SERVIÇOS JÁ EXECUTADOS (ITEM CRÍTICO)

11.1 Repintura de Estruturas Deterioradas:

Manutenção corretiva e preventiva da Calha Parshall, das unidades de decantação e retrolavagem.

Tratamento de Superfície: Lixamento manual de componentes metálicos, incluindo Calha Parshall e calhas coletoras, seguido de aplicação de primer epóxi e pintura de acabamento em tinta epóxi de alta resistência química.

11.2 Recomposição do Material Filtrante:

Revitalização do sistema de filtração da estação.

Limpeza e Substituição: Remoção manual de vegetação invasora nas unidades de filtração. Substituição e recomposição das camadas filtrantes compostas por carvão ativado e elementos celulósicos.

11.3 Pavimentação, Urbanização e Acessibilidade:

Melhorias no entorno para garantir circulação segura e drenagem eficiente.

- Drenagem e Guias: Limpeza de terreno, remoção e reassentamento de guias pré-fabricadas (meio-fio) em trechos retos e curvos.

- Passeios: Execução de calçadas em concreto moldado in loco com acabamento estampado (8 cm de espessura) e devidamente armado.

- Acessibilidade: Adequação de acessos com lastro de material granular, formas de madeira para fundação, concreto usinado (FCK = 20 MPa) e instalação de escadas marinheiro adicionais para o reservatório de retrolavagem.

Em locais de circulação eventual, com alturas iguais ou superiores a 4,00 metros, deverá prevista escada fixa vertical (tipo marinheiro). De acordo com as normas técnicas NR-12 (Máquinas e Equipamentos), NR-18 (Construção Civil) e NR- 35 (Trabalho em Altura), essas escadas deverão possuir gaiola de proteção em alturas superiores a 2,00m, degraus com espaçamento de 25cm a 30cm, ter o acesso com o primeiro degrau posicionado a no máximo 55cm, e ainda prever que a gaiola ultrapasse a plataforma superior em 1,10m a 1,20m.



11.4 Muro de Divisa e Estruturas de Contenção:

Há um problema proveniente do escoamento superficial de água pluvial, que vem causando uma erosão sob a base de apoio do tanque de contato, além de provocar a queda parcial do muro de divisa ao lado da referida estrutura, provavelmente ocasionado pela pressão hidrostática e possível falta de sistema de drenagem na parte inferior ao longo do referido muro. A única seção do muro que não apresentou avarias importantes foi justamente onde existem “buzinotes”, aliviando assim a pressão hidrostática.

Reconstrução estrutural e fechamento do perímetro.

- Infraestrutura e Superestrutura: Escavação manual e execução de estacas (25 cm de diâmetro), formas em compensado e armadura em aço CA-50. Lançamento de concreto usinado (FCK = 25 MPa) para pilares e vigas.
- Fechamento e Acabamento: Alvenaria de tijolo maciço, impermeabilização contra umidade, drenagem com pedra britada e tubo de PEAD perfurado.
- Piso Industrial: Execução de piso de concreto armado (FCK = 20 MPa), com 12 cm de espessura, específico para a área do tanque de contato.

11.5 Responsabilidade:

A contratada será responsável pelo desempenho final, independentemente da origem das falhas.

11.6 Critérios de Aceitação:

Eliminação de todas as não conformidades;

Garantia de funcionalidade e segurança.

12. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS REMANESCENTES – POR SISTEMA

12.1 Base do Dique de Contenção e Tanques de Produtos Químicos

Esta etapa foca na infraestrutura de segurança e armazenamento de insumos químicos (Flúor, Cloro e PAC).

O projeto prevê a implantação de 03 reservatórios, com volume de 10m³ (ou 10.000 litros) cada, sendo denominados como TANQUE DE FLUORETANTE, TANQUE DE DESINFETANTE e TANQUE DE ALCALINIZANTE, onde serão armazenados Flúor, Cloro e Policloreto de Alumínio (PAC) respectivamente. Neste local foi identificada uma falha construtiva considerada grave, já que não foi prevista a separação interna dos tanques. Por se tratar de produtos químicos diferentes, faz-se necessário que os respectivos diques de contenção sejam individualizados, tendo inclusive válvulas de descarga para cada dique.

O layout dessa adequação estrutural está em anexo, porém, de forma preliminar, ratificamos que a altura da alvenaria deverá ser de 0,90m, considerando o nível da laje de fundo do referido dique. Assim, em todo perímetro da estrutura, a borda será alteada em 0,50m, uma vez que essa borda foi construída inicialmente com 40cm de altura, e as duas paredes referentes às divisórias internas terão altura de 0,90m, atendendo assim o que preconiza a Norma ABNT NBR 17505, onde estabelece que a capacidade do dique de contenção deve ser de, no mínimo, o volume do maior tanque, acrescido de 20cm na altura da alvenaria no intuito de conter eventuais movimentações do líquido.



- Adequação Civil: Execução de furos estruturais com fixação química (epóxi) para interface com estruturas existentes. Construção de paredes em alvenaria estrutural de 19 cm, aplicação de chapisco, reboco e grauteamento. Finalização com impermeabilização polimérica e pintura acrílica premium.
- Instalações Hidráulicas: Montagem da rede de drenagem e condução do dique utilizando tubulação de PVC rígido soldável de 25 mm (3/4").
- Tanques e Acessórios: Instalação de reservatórios em polietileno (10.000L) com tampas de encaixe, incluindo escadas tipo marinho em aço galvanizado para acesso e pintura de acabamento em esmalte à base d'água.

12.2 Passarela de Interligação entre os equipamentos (E.T.A. Compacta):

- Estrutura Metálica: Montagem de passarelas em aço A36 conforme planilha anexa, garantindo a conexão segura entre os módulos da planta de tratamento.
- As passarelas deverão seguir o critério padrão técnico e construtivo das atualmente instaladas no local, mantendo assim o padrão homogêneo da Estação de Tratamento de Água (material, acabamento, pintura etc.).

Uma das passarelas deverá interligar os Decantadores e o Filtro a partir das passarelas existentes. Já a segunda passarela deverá interligar os Decantadores e o Tanque de Contato.

Caso necessário, vistorias preliminares poderão ser realizadas para ajustes construtivos.

12.3 Interligação Elétrica e Motores:

A infraestrutura elétrica não foi finalizada, impossibilitando a realização dos testes de comissionamento/startup; portanto, faz-se necessária a finalização complementar das mesmas.

- Cabeamento: Instalação de cabos de cobre flexíveis de 95 mm² (0,6/1,0 kV) para alimentação dos motores de todas as unidades (coagulação, floculação, decantação, filtros, tanques e edifício de operação).

12.4 Montagem Mecânica e Comissionamento:

- Startup: Entrega técnica do sistema, incluindo testes operacionais e treinamento para a equipe de operação (período de 10 dias conforme cronograma do laudo pericial).
- Operação Assistida: Período de acompanhamento técnico para garantir a estabilidade do processo de tratamento e performance dos equipamentos (período de 90 dias conforme cronograma do laudo pericial).

12.5 Diversos e Segurança:

Nos locais em que possam ocorrer respingos de produtos químicos, deverão ser instalados chuveiros de emergência. Uma unidade de lava-olhos deverá ser incluída em algumas áreas da nova E.T.A, especialmente onde se trabalha com ácidos ou álcalis fortes, como por exemplo no entorno do Dique de Produtos Químicos (02 unidades) e outra unidade ao lado do Tanque de Contato.



Os custos de implantação destas 03 (três) unidades de chuveiros de emergência, incluindo as instalações hidráulicas necessárias, estão discriminadas na planilha orçamentária anexa, estando assim de acordo com a Norma ABNT NBR 16291:2014.

- Utilidades: Instalações complementares de PVC de 25 mm e montagem de chuveiro lava-olhos com tubulação em ferro galvanizado e pintura epóxi verde, atendendo às normas de segurança do trabalho.

13. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A contratada deverá apresentar ARTs referentes a:

- Execução da finalização da obra;
- Instalações elétricas;
- Sistemas hidráulicos;
- Automação;
- Comissionamento.

14. TESTES, COMISSONAMENTO E PARTIDA

1. Metodologia Executiva
2. Testes hidráulicos;
3. Testes elétricos;
4. Testes mecânicos;
5. Testes de operação assistida;
6. Ajustes finos de operação.
7. Critérios de Aceitação
8. Funcionamento contínuo;
9. Atendimento à Portaria 888/2021;
10. Estabilidade operacional.

15. TREINAMENTO E ENTREGA FINAL

A contratada deverá:

1. Treinar operadores;
2. Entregar manuais;
3. Entregar ARTs de execução.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada deverá executar o objeto com rigor técnico, assumindo integral responsabilidade pela qualidade, desempenho e funcionalidade final da ETA, independentemente de falhas preexistentes.

Compete à contratada:

Executar integralmente os serviços conforme este Termo de Referência, projetos executivos, normas técnicas e determinações da fiscalização.



Realizar levantamento técnico completo da obra existente antes do início das intervenções, apresentando relatório detalhado de diagnóstico, com identificação de não conformidades, avaliação de reaproveitamento e proposição de soluções técnicas.

Elaborar, quando necessário, projetos executivos complementares ou de adequação, devidamente assinados por profissional habilitado e acompanhados de ART.

Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, transporte e insumos necessários à execução dos serviços.

Executar a correção de todos os vícios construtivos, falhas de execução, inadequações técnicas e incompatibilidades entre sistemas, ainda que decorrentes de serviços anteriormente realizados.

Garantir a compatibilização entre todos os sistemas (civil, hidráulico, mecânico, elétrico e automação), assegurando o funcionamento integrado da ETA.

Realizar ensaios, testes e verificações técnicas necessárias à validação dos serviços executados.

Executar testes operacionais completos, com operação assistida, garantindo desempenho conforme parâmetros de projeto e legislação sanitária.

Fornecer treinamento técnico aos operadores indicados pela contratante, abrangendo operação, manutenção e segurança.

Apresentar documentação técnica completa ao final da obra, incluindo:

Projetos “as built”;

Manuais de operação e manutenção;

Certificados de materiais e equipamentos;

Relatórios de testes e comissionamento;

ARTs de execução e responsabilidade técnica.

Responsabilizar-se pela guarda, armazenamento e integridade dos materiais e equipamentos até a entrega definitiva da obra.

Manter no local da obra responsável técnico devidamente habilitado, com presença compatível com a complexidade dos serviços.

Atender integralmente às normas de segurança do trabalho, responsabilizando-se por quaisquer acidentes decorrentes da execução.

Responder técnica e civilmente pela solidez, segurança e durabilidade da obra.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete à contratante:

Disponibilizar acesso ao local da obra e às informações técnicas existentes.

Fornecer à contratada os projetos, documentos e o laudo técnico disponíveis.

Designar formalmente fiscal técnico e gestor do contrato.

Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, sem prejuízo da responsabilidade da contratada.

Analisar e aprovar relatórios técnicos, medições e eventuais projetos complementares.

Efetuar os pagamentos conforme condições estabelecidas.

Disponibilizar, quando aplicável, pontos de fornecimento de água e energia.

Apoiar a realização de testes operacionais e integração com o sistema existente.



18. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

18.1 Fiscalização Técnica

A fiscalização será exercida por servidor designado, com atribuições de: Acompanhar a execução dos serviços; verificar conformidade com o contrato; registrar ocorrências em diário de obras; solicitar correções e ajustes técnicos; validar medições e etapas executadas.

A fiscalização não exime a contratada de suas responsabilidades técnicas, sendo atividade de acompanhamento e controle.

A fiscalização Técnica do contrato será realizada pelo Sr. Eduardo Factor Sleman, Engenheiro Civil.

18.2 Gestão do Contrato

Compete ao gestor do contrato: Coordenar administrativamente a execução; adotar providências em caso de inadimplemento; aplicar sanções, quando cabível; controlar prazos e vigência contratual.

A Gestão do contrato será realizada pelo Sr. Alessandro Correa Alves Secretário de Obras, Serviços Públicos e Saneamento

19. CONTROLE TECNOLÓGICO E QUALIDADE

A contratada deverá implementar sistema de controle tecnológico, contemplando:

- Ensaios de materiais (quando aplicável);
- Verificação de revestimentos e pinturas;
- Testes hidráulicos de estanqueidade;
- Testes elétricos e de continuidade;
- Testes de desempenho operacional da ETA.

Todos os resultados deverão ser documentados e apresentados à fiscalização.

A aceitação dos serviços estará condicionada à comprovação objetiva de desempenho.

20. SEGURANÇA DO TRABALHO

A contratada deverá cumprir integralmente as normas regulamentadoras aplicáveis, especialmente:

NR-10 – Instalações elétricas;

NR-12 – Máquinas e equipamentos;

NR-18 – Construção civil;

NR-33 – Espaços confinados;

NR-35 – Trabalho em altura.

Deverá fornecer todos os EPIs e EPCs necessários, incluindo:

- Capacetes, luvas, botas de segurança;
- Cintos de segurança;
- Proteções coletivas;
- Sinalização de risco.

A contratada será integralmente responsável por acidentes de trabalho.



21. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

21.1 Diretrizes Gerais

As medições serão realizadas com base em serviços efetivamente executados, devidamente comprovados e aceitos pela fiscalização.

Não serão admitidas medições por estimativa ou antecipação de etapas.

21.2 Condições para Medição

Para cada item medido, deverá ser comprovado:

Execução física do serviço;

Conformidade com projeto e normas;

Registro fotográfico;

Relatório técnico, quando aplicável.

21.3 Serviços Condicionados

Serviços de Interligações; Automação; Sistemas operacionais; somente serão considerados para medição após verificação de funcionamento.

21.4 Comissionamento

O pagamento das etapas finais estará condicionado à: Realização de testes operacionais; Funcionamento contínuo da ETA; Atendimento aos parâmetros de potabilidade.

22. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (DESCRITIVO)

O cronograma deverá contemplar, no mínimo, as seguintes etapas:

- Base Do Dique De Contenção + Tanques De Produtos Químicos
- Repintura De Estruturas Deterioradas
- Recomposição Do Material Filtrante
- Pavimentação E Urbanização
- Acessibilidade
- Muro De Divisa
- Passarelas (E.T.A)
- Interligação Elétricas
- Startup / Treinamento
- Operação Assistida



Prefeitura Municipal de Iracemápolis

Coordenadoria de Compras Públicas



G G. C. SOARES ENGENHARIA		CRONOGRAMA FÍSICO											
ÍTEM	DESCRIÇÃO	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6						
1	BASE DO DIQUE DE CONTEÇÃO + TANQUES DE PRODUTOS QUÍMICOS <i>Adequação civil / hidráulica do DIQUE e instalação dos tanques de Flúor, Cloro e PAC</i>	■	■	■									
2	REPINTURA DE ESTRUTURAS DETERIORADAS <i>Calha PARSHALL, calhas coletoras de água da unidade de DECANTAÇÃO e reservatório da unidade de RETROLAVAGEM</i>		■	■									
3	RECOMPOSIÇÃO DO MATERIAL FILTRANTE <i>Limpeza da vegetação presente na unidade de FILTRAÇÃO</i>		■										
4	PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO <i>Melhorias no sistema de drenagem superficial, incluindo o alçamento das guias e limpeza / recomposição do pavimento</i>			■	■								
5	ACESSIBILIDADE <i>Correções pontuais no acesso de algumas unidades</i>			■	■								
6	MURO DE DIVISA <i>Reconstrução do muro de arrimo, incluindo drenagem, aterro compactado e recomposição da base em concreto do TQ. CONTATO</i>				■	■	■						
7	PASSARELAS (E.T.A) <i>Interligação das E.T.As / unidades de Decantação e Filtração</i>				■	■							
8	INTERLIGAÇÃO ELÉTRICAS <i>Cabo de entrada e interligação dos motores aos painéis elétricos</i>					■	■						
9	STARTUP / TREINAMENTO						■	■					
10	OPERAÇÃO ASSISTIDA						■	■	■	■	■	■	■



Imagem 02: Cronograma Físico

Obs: Os pagamentos deverão estar vinculados ao avanço físico real da obra.

23. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados, em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal, mediante:

- Medições mensais;
- Aprovação da fiscalização;
- Apresentação de documentação fiscal;
- Regularidade trabalhista e previdenciária.

O pagamento final ficará condicionado à:

- Conclusão total dos serviços;
- Funcionamento da ETA;
- Entrega da documentação técnica completa.

24. PENALIDADES

O descumprimento contratual sujeitará a contratada às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo:

- Advertência;
- Multa;
- Suspensão de licitar;
- Declaração de inidoneidade.

Multas poderão ser aplicadas em casos de:

- Atraso na execução;
- Execução em desacordo com o contrato;
- Não correção de falhas apontadas;
- Descumprimento de normas técnicas.

25. RECEBIMENTO DA OBRA

25.1 Recebimento Provisório

Será realizado após a conclusão física dos serviços, mediante:

1. Vistoria técnica;
2. Verificação de funcionamento inicial;
3. Elaboração de relatório de pendências (se houver).

O recebimento provisório será realizado imediatamente após o final da operação assistida.

25.2 Recebimento Definitivo

Ocorrerá após:

1. Correção de todas as pendências;



2. Operação contínua e estável da ETA;
3. Comprovação de atendimento à Portaria GM/MS nº 888/2021;
4. Entrega de toda documentação técnica.

O recebimento definitivo será enviado via e-mail 30 (trinta) dias após o recebimento provisório.

26. GARANTIA

A contratada deverá garantir:

- Qualidade dos serviços executados;
- Funcionamento dos equipamentos;
- Estandeidade e integridade das estruturas;
- Desempenho operacional da ETA.

Vale frisar que todos os itens mencionados acima e que necessitam de reparos, ou até mesmo de uma intervenção civil mais significativa, encontram-se dentro do prazo de garantia. Segue de maneira resumida os referidos prazos indicados

- OBRAS CIVIS – 5 anos
- ESTRUTURAS DOS TANQUES DAS UNIDADES OPERACIONAIS – 10 anos
- TRINCAS EM SUPERFÍCIES METÁLICAS – 10 anos
- OXIDAÇÃO EM SUPERFÍCIES METÁLICAS – 5 anos

27. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

27.1. Da participação de consórcios:

27.1.1. Será permitida a participação de consórcio nesta licitação.

27.1.2. O Consórcio deverá apresentar comprovação do compromisso de sua constituição, público ou particular, subscrito pelas empresas consorciadas, do qual deverão constar, obrigatoriamente os seguintes itens:

- a) Indicação da porcentagem de participação de cada uma das consorciadas;
- b) Obrigação das empresas consorciadas manterem a composição inicial do consórcio;
- c) Indicação da empresa líder do consórcio cujo objeto social deve ser compatível com o objeto licitado, conforme disposto no art. 15, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) Outorga de amplos poderes à empresa líder do consórcio para representar as consorciadas, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em todos os atos relativos à licitação, podendo assumir obrigações em nome do consórcio;
- e) Declaração de responsabilidade solidária das consorciadas pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

27.1.3. A licitante vencedora fica obrigada a promover o registro do consórcio antes da assinatura do contrato, nos termos do compromisso apresentado na fase de habilitação, bem como o arquivamento do instrumento de sua constituição.

27.1.4. A vigência do consórcio deverá coincidir com a do contrato.

27.1.5. A empresa que se consorciar não poderá participar desta licitação por intermédio de outro Consórcio e nem isoladamente (art. 15, IV da Lei Federal nº 14.133/2021).



27.1.6. Para efeito de habilitação técnica, nos termos previstos neste Edital, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado, devendo cada consorciado demonstrar o atendimento à capacidade técnica em ao menos um dos itens exigidos no item de habilitação técnica. Para efeito de habilitação econômico-financeira, nos termos previstos neste Edital, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

27.1.7. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira

27.1.8. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

27.2. Da Subcontratação:

27.2.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

27.3. Sustentabilidade:

27.3.1. Não serão exigidos critérios de sustentabilidade na presente contratação.

27.4. Da Garantia da Contratação

27.4.1. Será exigida a garantia de execução da contratação, nos moldes do art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato, no percentual de 5% do valor total inicial do contrato, conforme regras estabelecidas na minuta contratual

27.4.2. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

27.5. Da Vistoria:

27.5.1. A vistoria prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao fornecedor interessado o direito de sua realização.

27.5.2. A vistoria pode ser substituída por declaração formal do fornecedor, assinada pelo seu responsável técnico, de que tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades da contratação.

27.5.3. A não realização da vistoria prévia pelo fornecedor interessado ou a não apresentação de declaração formal constante no subitem anterior, acarretará a sua inabilitação no procedimento de contratação.

27.5.4. O fornecedor que desejar realizar visita deverá agendar dia e horário específico, até 02 (dois) dias antes da abertura do procedimento de contratação, sendo vedada a visita de mais de um fornecedor no mesmo momento.

27.5.5. A vistoria será realizada nas seguintes condições:

- A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.
- Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.



- Durante a vistoria, o representante da CONTRATADA deverá analisar minuciosamente o local do serviço juntamente com a planilha orçamentária, projeto e Termo de Referência, com o objetivo de apresentar e executar soluções plausíveis para atender um nível de desempenho máximo da execução do objeto, não comprometendo seu funcionamento de forma integral. O valor da proposta deverá obrigatoriamente considerar as dificuldades e problemas detectados na vistoria, sendo de responsabilidade da CONTRATADA arcar com as soluções e custos eventuais.
- Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

27.5.8. Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento de condições locais ou de projetos porventura disponibilizados, se for o caso, não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a sua execução.

28. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

28.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

28.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONCORRÊNCIA sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

28.2. Critérios da Aceitabilidade da Proposta

28.2.1.1. A proposta comercial deverá ser inserida no sistema eletrônico, no campo próprio e conter minimamente as seguintes informações: Descrição completa e detalhada do objeto e dos seus itens individualizados;

28.2.1.2. Valor unitário dos itens e valor total para todo o período, incluídos as despesas tais como: impostos, fretes, seguros, encargos sociais e fiscais e quaisquer outras que incidirem sobre a prestação do serviço;

28.2.1.3. Validade da proposta de 60 (Sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do instrumento convocatório.

28.2.1.4. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

28.2.2. Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados, também a procuração e cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.

28.2.2.1. O instrumento de procuração, deverá ser apresentado em instrumento público (lavrado em Cartório) ou instrumento particular, com firma reconhecida em Cartório ou por meio de assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

28.2.3. Serão desclassificadas, de acordo com o art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, as propostas que:



- 28.2.3.1. Contiverem vícios insanáveis;
 - 28.2.3.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;
 - 28.2.3.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
 - 28.2.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 28.2.3.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.
- 28.3. Qualificação técnico-operacional e técnico-profissional:
- 28.3.1. Deverá ser apresentada comprovação de aptidão para a prestação dos serviços ofertados, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do §3º do art. 88 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 28.3.1.1. Os atestados deverão conter:
 - 28.3.1.1.1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, contato).
 - 28.3.1.1.2. Local e data de emissão.
 - 28.3.1.1.3. Nome, cargo, contato e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.
 - 28.3.1.1.4. Período da execução da atividade e quantitativo do objeto prestado.
 - 28.3.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
 - 28.3.1.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
 - 28.3.2. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta contratação.

29. VALORES DE REFERÊNCIA

Com base no laudo, o valor estimado para conclusão da obra (atualizado) é de:

R\$ 1.157.334,06. Porém, conforme decisão do Secretário de Serviços Urbanos, Sr. Alessandro Correa Alves, não será executado o item 7.2 - 43,50 metros de passarela no valor de R\$ 168.952,30 (Passarela que interligaria a ETA Compacta a ETA Existente) e será aditado o item 12.1 - 6 metros quadrados de placa em lona com impressão digital e estrutura de madeira no valor de R\$ 1.631,64, resultando no custo estimado total da contratação de **R\$ 990.013,40 (Novecentos e noventa mil, treze reais e quarenta centavos)**.

Alessandro Correa Alves
Secretaria de Planejamento, Serviços Públicos e Saneamento
Engenheiro Civil - CREA-SP 506105063



ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS

PROCESSO Nº 143/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução dos serviços remanescentes, adequações técnicas, correções construtivas, fornecimento, montagem, interligações, testes, comissionamento e entrega em operação plena de 01 (uma) Estação de Tratamento de Água (ETA) modular metálica, com capacidade nominal de 120 L/s, localizada na Rua Capitão Paulo Simões, nº 483, Município de Iracemápolis/SP. Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do Item abaixo discriminado, conforme **Termo de Referência**, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ Nº

NOME:

RG:

CPF:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL INSTITUCIONAL:

Apresentamos e submetemos à apreciação de Vossas Senhorias nossa Proposta de Preços da licitação em referência, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na sua preparação.

O valor total de nossa proposta é de R\$ _____ (por extenso). Nesse valor consideramos os seguintes itens:

Prazo de validade da proposta de **60 (sessenta) dias**.

Condições de pagamento: Conforme Edital.

Declaramos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita e satisfatória entrega dos itens, inclusive as despesas com materiais e equipamentos, seguros em geral, bem como seus lucros, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao MUNICÍPIO DE IRACEMÁPOLIS.



Prefeitura Municipal de Iracemápolis

Coordenadoria de Compras Públicas



Declaramos que esta proposta foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou qualquer pessoa.

Declaramos ainda que nos sujeitamos plenamente às condições do presente Edital e seus anexos na entrega do objeto, comprometendo-nos a substituir ou a aumentar as quantidades dos mesmos, desde que assim o exija a fiscalização do Município, dentro dos limites estabelecidos por lei.

Declaro que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Declaramos que atendemos a toda legislação e demais normas regulamentares – inclusive as expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – de qualquer esfera de governo, pertinentes ao nosso ramo de atuação, independente de expressa previsão editalícia.

Informamos os dados do representante legal da empresa para assinatura do contrato:

- o Nome completo
- o RG
- o CPF
- o Nacionalidade
- o Estado Civil
- o Cargo na Empresa
- o Telefone
- o E-mail da empresa (Obrigatório)
- o E-mail pessoal (não o da empresa)

Informamos os dados do responsável pela gestão do contrato, o qual estará à disposição da Prefeitura Municipal de Iracemápolis para quaisquer esclarecimentos necessários:

- o Nome
- o E-mail e Telefone
- o Profissão/Cargo

Informamos dados da conta bancária da empresa para futuros pagamentos, no caso de contratação (Banco, Agência, Conta).

REPRESENTANTE LEGAL

Assinatura, nome legível e cargo do signatário



ANEXO III– DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E ADIMPLEMENTO

Local e Data

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS

PROCESSO Nº 143/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução dos serviços remanescentes, adequações técnicas, correções construtivas, fornecimento, montagem, interligações, testes, comissionamento e entrega em operação plena de 01 (uma) Estação de Tratamento de Água (ETA) modular metálica, com capacidade nominal de 120 L/s, localizada na Rua Capitão Paulo Simões, nº 483, Município de Iracemápolis/SP.

Nome da Proponente:

Número do CNPJ:

Endereço Completo:

Telefone:

E-mail:

Pela presente, a empresa acima descrita, através de seu Representante Legal, o(a) Sr.(a) _____, portador do R.G. nº _____, em atendimento a determinação do edital da Concorrência em epígrafe, declara, sob as penalidades cabíveis, que não se encontra inadimplente ou impedida de licitar, e nem é objeto de quaisquer restrições ou notas desabonadoras no Cadastro de Fornecedores de quaisquer órgãos da Administração Pública, Direta ou Indireta no âmbito Municipal, Estadual ou Federal.

Declaramos ainda, sob as penalidades cabíveis, que inexistente qualquer fato impeditivo para a habilitação de nossa empresa para apresentar proposta na licitação em referência.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

REPRESENTANTE LEGAL

Assinatura, nome legível e cargo do signatário



ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Local e Data

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS

PROCESSO Nº 143/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução dos serviços remanescentes, adequações técnicas, correções construtivas, fornecimento, montagem, interligações, testes, comissionamento e entrega em operação plena de 01 (uma) Estação de Tratamento de Água (ETA) modular metálica, com capacidade nominal de 120 L/s, localizada na Rua Capitão Paulo Simões, nº 483, Município de Iracemápolis/SP.

Nome da Proponente:

Número do CNPJ:

Endereço Completo:

Telefone:

E-mail:

Prezados Senhores:

Pela presente, a empresa acima descrita, através de seu Representante Legal, o(a) Sr.(a) _____, portador do R.G. nº _____, declara, sob as penas da lei, que se enquadra na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º daquele Artigo, para fins do exercício dos benefícios previstos na mencionada lei.

REPRESENTANTE LEGAL

Assinatura, nome legível e cargo do signatário

Rua Antônio Joaquim Fagundes, 237 – Centro – Iracemápolis SP CEP 13.495-047

Fone (19) 3456-9226/ 3456-9248

licitacoes@iracemapolis.sp.gov.br / compras02@iracemapolis.sp.gov.br



ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR

Local e Data

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS

PROCESSO Nº 143/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução dos serviços remanescentes, adequações técnicas, correções construtivas, fornecimento, montagem, interligações, testes, comissionamento e entrega em operação plena de 01 (uma) Estação de Tratamento de Água (ETA) modular metálica, com capacidade nominal de 120 L/s, localizada na Rua Capitão Paulo Simões, nº 483, Município de Iracemápolis/SP.

Nome da Proponente:

Número do CNPJ:

Endereço Completo:

Telefone:

E-mail:

Prezados Senhores:

Pela presente, a empresa acima descrita, através de seu Representante Legal, o(a) Sr.(a) _____, portador do R.G. nº _____, para os devidos fins do disposto no inciso VI do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentado pelo Decreto nº 4.358/2002, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, observando o disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição da República.

() Emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

REPRESENTANTE LEGAL

Assinatura, nome legível e cargo do signatário



ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO CONDENAÇÃO POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Local e Data

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS

PROCESSO Nº 143/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução dos serviços remanescentes, adequações técnicas, correções construtivas, fornecimento, montagem, interligações, testes, comissionamento e entrega em operação plena de 01 (uma) Estação de Tratamento de Água (ETA) modular metálica, com capacidade nominal de 120 L/s, localizada na Rua Capitão Paulo Simões, nº 483, Município de Iracemápolis/SP.

Prezados Senhores:

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de direito e sobre as penas da lei que nossa empresa não foi objeto de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos da lei 8.429/1992¹.

Por ser expressão da verdade, eu, representante legal da empresa, assino a presente.

REPRESENTANTE LEGAL

Assinatura, nome legível e cargo do signatário

¹ Caso a licitante tenha sido objeto de condenação por ato de improbidade administrativa em ação ainda sem trânsito julgado, que seja comprovado por meio de certidão de objeto e pé de que o processo está em sede recursal e de que foi recebido com suspensão dos efeitos de condenação.



ANEXO VII– MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Local e Data

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS

PROCESSO Nº 143/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução dos serviços remanescentes, adequações técnicas, correções construtivas, fornecimento, montagem, interligações, testes, comissionamento e entrega em operação plena de 01 (uma) Estação de Tratamento de Água (ETA) modular metálica, com capacidade nominal de 120 L/s, localizada na Rua Capitão Paulo Simões, nº 483, Município de Iracemápolis/SP.

DECLARAÇÃO

_____(Razão Social do licitante)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____(endereço completo), declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso IV, do artigo 62º da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

REPRESENTANTE LEGAL

Assinatura, nome legível e cargo do signatário



**ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO
CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

PROCESSO Nº 143/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução dos serviços remanescentes, adequações técnicas, correções construtivas, fornecimento, montagem, interligações, testes, comissionamento e entrega em operação plena de 01 (uma) Estação de Tratamento de Água (ETA) modular metálica, com capacidade nominal de 120 L/s, localizada na Rua Capitão Paulo Simões, nº 483, Município de Iracemápolis/SP.

Nome da Proponente:

Número do CNPJ:

Número da Inscrição Estadual:

Endereço Completo:

Telefone:

E-mail:

Eu, _____, portador(a) do RG n. _____, e do CPF n. _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), inscrita no CNPJ sob o n. _____, com sede na _____ (*endereço completo*), telefone: (____) _____, e-mail: _____, interessado em participar da Concorrência nº XX/2024 Processo Digital nº 325/2024, DECLARO, sob as penas da Lei, especialmente o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e



f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:

I – Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – No tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(nome/assinatura do representante legal)



ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PROCESSO Nº 143/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução dos serviços remanescentes, adequações técnicas, correções construtivas, fornecimento, montagem, interligações, testes, comissionamento e entrega em operação plena de 01 (uma) Estação de Tratamento de Água (ETA) modular metálica, com capacidade nominal de 120 L/s, localizada na Rua Capitão Paulo Simões, nº 483, Município de Iracemápolis/SP.

À Prefeitura Municipal de Iracemápolis

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.

Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.

Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

Declaramos que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Declaramos que a empresa atende aos requisitos de habilitação e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

Rua Antônio Joaquim Fagundes, 237 – Centro – Iracemápolis SP CEP 13.495-047

Fone (19) 3456-9226/ 3456-9248

licitacoes@iracemapolis.sp.gov.br / compras02@iracemapolis.sp.gov.br



Prefeitura Municipal de Iracemápolis

Coordenadoria de Compras Públicas



E-mail: Telefone:

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Setor de Compras e Licitações através do e-mail compras02@iracemapolis.sp.gov.br ou através da Plataforma Digital 1Doc deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Nomeamos e constituímos o senhor(a) _____, portador(a) do CPF/MF sob n.º _____, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços/contrato, referente a concorrência xxxxxxxx /2024 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

(Local e data)

Assinatura do Representante Legal Nome do Responsável



ANEXO X – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2026

PROCESSO Nº 143/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução dos serviços remanescentes, adequações técnicas, correções construtivas, fornecimento, montagem, interligações, testes, comissionamento e entrega em operação plena de 01 (uma) Estação de Tratamento de Água (ETA) modular metálica, com capacidade nominal de 120 L/s, localizada na Rua Capitão Paulo Simões, nº 483, Município de Iracemápolis/SP.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 46.786.159/0001-11, com sede na Rua Antônio Joaquim Fagundes nº 237, Centro, Iracemápolis/SP, Cep 13.495-047, neste ato representada pela Senhora NELITA CRISTINA MICHEL FRANCESCHINI, Prefeita Municipal, brasileira, casada, como CONTRATANTE, e, de outro lado, como CONTRATADO a/o empresa/senhor(a) xxxxxxxx inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxx neste ato representada por xxxxxxxx, RG nº xxxxxxxx e CPF nº xxxxxxxxxxxx assinam o presente CONTRATO, devidamente ratificada pela autoridade competente, conforme o Processo Administrativo nº 143/2026.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)

O objeto do presente contrato é a **Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução dos serviços remanescentes, adequações técnicas, correções construtivas, fornecimento, montagem, interligações, testes, comissionamento e entrega em operação plena de 01 (uma) Estação de Tratamento de Água (ETA) modular metálica, com capacidade nominal de 120 L/s, localizada na Rua Capitão Paulo Simões, nº 483, Município de Iracemápolis/SP**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1. O Termo de Referência;

1.1.2. A documentação de habilitação e a proposta de preços do contratado;

1.1.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.2. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definirem a sua extensão e, dessa forma regerem a execução adequada do contrato ora celebrado.

CLÁUSULA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO (ART. 92, III)

2.1. O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.2. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, IV E VII)

3.1. O regime de execução é o de empreitada por preço global fornecimento e prestação de serviço associado.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de execução será conforme o Cronograma Físico e Financeiro e o prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da data de assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado por igual período até o limite permitido por Lei, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.



CLÁUSULA QUINTA – PREÇO E REAJUSTE (ART. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de **R\$..... (.....)** e será fixo e irrevogável no prazo de um ano contado da data da assinatura.

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

5.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

5.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.8. O reajuste será realizado por Termo de Prorrogação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO (ART. 92, V)

6.1. Os pagamentos serão efetuados mediante medição e a apresentação da nota fiscal dos serviços executados atestada pela Diretoria de Planejamento e Urbanismo.

6.1.1 O pagamento da Primeira medição se vincula e só será liberado após à inserção da medição aprovada pelo Engenheiro Fiscal da Obra, para aceite e liberação de pagamento, e após o protocolo da nota fiscal, junto com a apresentação do documento elencado no subitem **10.2.3**.

6.1.2 O pagamento da Última medição se vincula e só será liberado após à inserção da medição aprovada pelo Engenheiro Fiscal da Obra, para aceite e liberação de pagamento, e após o protocolo da nota fiscal, junto com a apresentação do documento de **Certidão Negativa de Débitos – CND** emitida, após Aferição Total da Obra em conformidade com a Instrução Normativa nº 2021 de 2021 de Serviço Eletrônico de Aferição de Obras - SERO;



6.2. No caso de não aceitação da nota fiscal, a Diretoria de Planejamento e Urbanismo devolverá à CONTRATADA, para retificação, devendo esta última emitir nova nota fiscal, no prazo de 05 (cinco) dias. A Diretoria de Planejamento e Urbanismo terá o prazo novamente de 05 (cinco) dias para confirmar ou não o aceite.

6.4. Os pagamentos serão realizado mediante depósito em conta corrente bancária em nome da CONTRATADA no Banco xxxxxxxx, conta nº xxxxxxxx, Agência nº xxxxxxxx de acordo com as seguintes condições:

6.4.1. Em até 30 (trinta) dias, contados da data de entrega da nota fiscal/fatura, ou de sua reapresentação em caso de incorreções.

6.4.2. A discriminação dos valores deverá ser reproduzida na nota fiscal/fatura apresentada para efeito de pagamento (arts.117 e 118 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.110/2022).

6.5. O município realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a legislação vigente.

6.6. O município, para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte, deverá observar a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012.

6.7. Considera-se para fins de retenção a alíquota prevista no Anexo I, da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012, que incidirá sobre os pagamentos a serem efetuados à contratada.

6.8. As hipóteses de retenção do Imposto de Renda na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa da retenção.

6.9. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal.

6.10. O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN deverá ser feito em consonância com o artigo 3º e demais disposições da Lei Complementar Federal nº 116/2003, e respeitando as seguintes determinações:

6.10.1. Quando da celebração do contrato, a CONTRATADA deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados, relativamente ao ISSQN, esclarecendo, expressamente, sobre a eventual necessidade de retenção do tributo, pelo tomador dos serviços;

6.10.2. Caso se mostre exigível, à luz da legislação municipal, a retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços;

6.10.3. O CONTRATANTE, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente do valor da nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da CONTRATADA no prazo previsto na legislação municipal.

6.10.3.1. Para tanto, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA O ISS” ao emitir a nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS (ART. 92,VIII)

7.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação:



215 – 06.05.17.122.8002.2.089.4.4.90.51.07.0000000

7.2. A dotação relativa a eventuais exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante Apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme previsto no art. 117, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.6.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal acionará a Contratada para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.6.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.6.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

8.7. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

8.7.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.7.2. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de Apostilamento e termos aditivos, solicitando



quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.7.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

8.8. A gestão do contrato será realizado pelo Sr Alessandro correa Alves Secretário de Obsr Serviços Públicos e Saneamento e a fiscalização fica a cargo de Eduardo Factor Sleman, Engenheiro Civil.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI, E XIV)

9.1. São obrigações do Contratante:

9.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado;

9.1.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

9.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei;

9.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.1.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

9.2. Com relação à obrigação delineada no subitem 9.1.9 deste contrato, a Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133/2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

10.1. São obrigações do Contratado:



10.1.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os itens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.4. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.5. Não subcontratar, sub empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto do contrato, salvo se houver permissão no Termo de Referência, devendo ser observados os limites e condições nele previstos;

10.1.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, 11, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.7. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na contratação;

10.1.9. Sem prejuízo do disposto no subitem 6.6, responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e insertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, 11, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

10.2.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;



10.2.2. A subcontratação para a execução do objeto deste contrato;

10.2.3 Após a assinatura da Ordem de Serviço, deverá a CONTRATADA apresentar o comprovante de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Obras – CNO, em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 2.060, de 2021;

10.2.4 Para finalização e entrega final da obra, deverá a CONTRATADA apresentar o documento denominado CND – Certidão Negativa de Débitos, em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 2.021, de 2021;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

11.1. Depois de celebrado o contrato, a contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações descritas nesta Clausula

11.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14,133, de 2021, o contratado que:

11.2.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.2.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.2.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.2.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.2.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

11.2.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.2.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.2.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

11.2.9. entregar objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

11.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos incisos 1, 11, III e IV do art. 156.

11.3.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa compensatória.

Sanção de Multa

11.4. Será aplicada MULTA MORATÓRIA nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na seguinte forma:



11.4.1. de 10 a 20% (dez a vinte por cento) por dia de atraso injustificado, até o limite de 29 (vinte e nove) dias;

11.4.2.1. O atraso superior a (30) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

11.5. A MULTA COMPENSATÓRIA será aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou nos casos decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, objetivando-se a compensação das eventuais perdas nas quais a Administração tenha incorrido.

Infração (Subitens)	Percentual da multa
11.2.1.	10% (dez por cento) sobre o valor contratado
11.2.2.	De 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado
11.2.3.	
11.2.4.	
11.2.5.	
11.2.6.	
11.2.7.	
11.2.8.	
11.2.9.	

11.6. As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

11.7. A multa moratória poderá ser convertida em multa compensatória, observado o disposto no art. 162 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.8. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente, no prazo de até 30 dias contados de sua publicação no Diário Oficial, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da licitante.

11.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Sanção de impedimento de licitar e contratar

11.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável, em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.2.2, 11.2.3 e 11.2.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta com o Município de Iracemápolis, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, obedecida a seguinte gradação:

Infração (Subitens)	Pena
11.2.2.	Impedimento pelo período de até dois anos
11.2.3.	Impedimento pelo período de até três anos
11.2.4.	Impedimento pelo período de até um ano

Sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar



11.11. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.2.5, 11.2.6, 11.2.7 e 11.2.8, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, obedecida a seguinte graduação:

Infração (Subitens)	Pena
11.2.5.	Declaração de inidoneidade de até cinco anos
11.2.6.	Declaração de inidoneidade de até seis anos
11.2.7.	
11.2.8.	

11.12. Será aplicada a sanção de que trata o subitem 11.11 deste Edital nas infrações administrativas previstas nos itens 11.2.2, 11.2.3 e 11.2.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

Processo Administrativo Sancionador

11.13 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto na Lei nº 14.133.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato

12.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

13.1 A Contratada deverá por ocasião da assinatura do contrato, prestar garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, em uma das modalidades previstas nos incisos I, II, III e IV do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/21, apresentando no ato da assinatura o documento comprobatório da garantia prestada.

13.2 A garantia prestada para fins da assinatura do contrato, somente será liberada após o término do prazo de vigência contratual, e, desde que cumprido integralmente o seu objeto, pela Contratada.

13.3 Em caso de acréscimo de serviços fica a Contratada obrigada a complementar a garantia na mesma percentagem devendo proceder ao recolhimento até a data da assinatura do competente termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

14.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato

14.1.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;



b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, assegurados o contraditório e a ampla defesa e observado o disposto nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

15.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

15.2. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

15.2.1. A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual

15.2.2. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do MUNICÍPIO DE IRACEMÁPOLIS, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

15.3. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou o MUNICÍPIO DE IRACEMÁPOLIS está exposto.

15.4. A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

15.4.1. A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias do MUNICÍPIO DE IRACEMÁPOLIS e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados

15.4.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO DE IRACEMÁPOLIS, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis



15.5. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documentos que devem estar disponíveis em caráter permanente para exibição ao MUNICÍPIO DE IRACEMÁPOLIS, mediante solicitação

15.5.1. A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas1 informações e recursos do MUNICÍPIO DE IRACEMÁPOLIS, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato

15.6. A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual

15.6.1. Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual

15.7. A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados

15.8. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato ao MUNICÍPIO DE IRACEMÁPOLIS a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

15.8.1. A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

15.9. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo MUNICÍPIO DE IRACEMÁPOLIS e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal

15.10. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo MUNICÍPIO DE IRACEMÁPOLIS para as finalidades pretendidas neste contrato

15.11. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo MUNICÍPIO DE IRACEMÁPOLIS.

15.11.1. Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO



Prefeitura Municipal de Iracemápolis

Coordenadoria de Compras Públicas



16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, assim como no site da Prefeitura Municipal de Iracemápolis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (ART. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Limeira, Estado de São Paulo, para dirimir as questões oriundas do presente contrato, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento contratual, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo ciente, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Iracemápolis, ___ de _____ de 20__

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ANEXO XI - TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMÁPOLIS - SP

CONTRATADO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATO (nº de origem): Nº XX/2026

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução dos serviços remanescentes, adequações técnicas, correções construtivas, fornecimento, montagem, interligações, testes, comissionamento e entrega em operação plena de 01 (uma) Estação de Tratamento de Água (ETA) modular metálica, com capacidade nominal de 120 L/s, localizada na Rua Capitão Paulo Simões, nº 483, Município de Iracemápolis/SP.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração (ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Iracemápolis, xx de XXXXXXXX de 2024.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Nelita Cristina Michel Franceschini

Cargo: Prefeita Municipal

CPF: XXXXXXXXXXXXXXXX



Prefeitura Municipal de Iracemápolis

Coordenadoria de Compras Públicas



RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Nelita Cristina Michel Franceschini

Cargo Prefeita Municipal

CPF: XXXXXXXXXXXXX

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: Nelita Cristina Michel Franceschini

Cargo Prefeita Municipal

CPF: XXXXXXXXXXXXX

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: xxxxxxxxxxxxxx

Cargo: xxxxxxxxxxxxxx

CPF: xxxxxxxxxxxxxx

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Nelita Cristina Michel Franceschini

Cargo Prefeita Municipal

CPF: XXXXXXXXXXXXX

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: xxxxxxxxxxxxxx

Cargo: Secretária Municipal da xxxxxxxxxxxxxx

CPF: xxxxxxxxxxxxxx

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Nome: Nelita Cristina Michel Franceschini

Cargo Prefeita Municipal

CPF: XXXXXXXXXXXXX

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).*



Prefeitura Municipal de Iracemápolis

Coordenadoria de Compras Públicas



ANEXO XII – DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE SP

CONTRATANTE:

Município de Iracemápolis
CNPJ Nº: 45.786.159/0001-11

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO nº (de origem):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia especializada para a execução dos serviços remanescentes, adequações técnicas, correções construtivas, fornecimento, montagem, interligações, testes, comissionamento e entrega em operação plena de 01 (uma) Estação de Tratamento de Água (ETA) modular metálica, com capacidade nominal de 120 L/s, localizada na Rua Capitão Paulo Simões, nº 483, Município de Iracemápolis/SP.

VALOR : R\$ _____ (_____)

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e serão remetidos quando requisitados.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL:

(nome, cargo, e-mail e assinatura)



ANEXO XIII – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LGPD

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LGPD

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL: _____

DECLARO, para os devidos fins de direito e nos termos da lei, que serão rigorosamente observadas as normas contidas na Lei Geral de Proteção aos Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, utilizando-se dos dados e informações coletadas e liberadas pela entidade para a finalidade prevista no artigo 7º, itens III e V, exclusivamente quando necessários para a fiel execução dos serviços objetos deste procedimento licitatório, realizando seu descarte seguro (eliminação) ou conservação, na forma do artigo 16, item III da referida LGPD. E, por ser exata expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

IRACEMÁPOLIS, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante Legal



Prefeitura Municipal de Iracemápolis

Coordenadoria de Compras Públicas



ANEXO XIV – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Rua Antônio Joaquim Fagundes, 237 – Centro – Iracemápolis SP CEP 13.495-047
Fone (19) 3456-9226/ 3456-9248

licitacoes@iracemapolis.sp.gov.br / compras02@iracemapolis.sp.gov.br